

Europa e Família Humana

Para Bento XVI, a Europa é um continente que se situa numa encruzilhada de civilizações, culturas e projectos políticos – mas também é um ponto de encontro de religiões, onde se sente a influência de Jerusalém, Atenas, Roma, Bizâncio e do Mediterrâneo.

As dúvidas e suspeitas sentidas no velho continente suscitam, porém, ao Cardeal Ratzinger perplexidades. Não basta, por isso, considerar a noção geográfica, é preciso compreender a história das rupturas e das aproximações – o Império Romano dividiu-se em Ocidente e Oriente, entre as igrejas romana e ortodoxa, mas sentiu depois a tensão entre o Imperador e o Papa, entre o poder espiritual e o poder temporal, entre a autoridade política e religiosa e entre a Europa latina e a Europa germânica – afinal, as “duas razões” de que fala Eduardo Lourenço. Mas há ainda a emergência do Estado secular, as questões religiosas suscitadas após a Revolução Francesa e o surgimento dos Totalitarismos do século XX, como expressão de modernas “religiões seculares”. E assim a Europa aparece como lugar de tensões e de conflitos, onde uma “deriva multiculturalista” ameaça as sociedades abertas, abrindo caminho a um falso igualitarismo e ao relativismo ético. Em pano de fundo, Spengler e Toynbee exprimem as suas profecias contraditórias – ora em nome de um declínio inexorável, ora em nome de uma esperança possível, assente na diversidade e na criatividade. Não por acaso, o Cardeal Ratzinger escolhe o nome de Bento, quando é eleito Sumo Pontífice. É o nome do padroeiro da Europa cristã e o sentido crítico do novo Papa levou-o a desenvolver as potencialidades da espiritualidade e da tradição cristã. Insiste, por isso, na relação essencial entre fé e razão, invoca a importância de uma “Aufklärung” cristã (que refere expressamente no seu diálogo com Paolo Flores d’Arcais) e lembra a concepção matricial que aponta para a separação entre a Igreja e o Estado (“daí a Deus o que é de

Deus e a César o que é de César”). Nesse sentido, invoca a importância de uma atitude baseada na Esperança. E a Europa deixa de ser entendida como um centro dominante da “cristandade”, quando esta se universalizou e se projectou para fora do velho continente.

A Europa tem que ser vista num mundo global e policêntrico e a “revelação sobre a unidade do género humano pressupõe uma interpretação metafísica do *humanum* na qual a relação seja elemento essencial (...). O mundo actual regista a presença de algumas culturas de matiz religioso que não empenham o ser humano na comunhão, mas isolam-no na busca do bem-estar individual, limitando-se a satisfazer os seus anseios psicológicos” (*Caritas in Veritate*, nº 55). A Europa aparece, assim, como prefiguração da família humana, e não já como centro dominante – pelo contrário, vive uma crise e sente-se cansada e descrente. Mas o Papa aponta novos caminhos: “a religião cristã e as outras religiões só podem dar o seu contributo para o desenvolvimento, se Deus encontrar lugar também na esfera pública, nomeadamente nas dimensões cultural, social, económica e particularmente política” (*Ibidem*, nº 56). O pluralismo não deve ser confundido, pois, com indiferença ou relativismo (“a razão tem sempre necessidade de ser purificada pela fé” e “a religião precisa sempre de ser purificada pela razão”). E há motivos de esperança: “a Humanidade aparece, hoje muito mais interactiva do que no passado”; “o desenvolvimento dos povos depende sobretudo do reconhecimento de que são uma só família”, impõe-se “um aprofundamento crítico e axiológico da categoria relação” e urge compreendermos que “o mundo sofre por falta de convicções” (Paulo VI). Tudo isto (cf. *Ibidem*, nº 53), leva o Papa a procurar regressar aos fundamentos da Europa, não já como lugar fechado e cristalizado, mas como ponto de partida para um conceito e uma prática, necessárias, de “família humana”. E importa então compreender que “a exclusão da religião do espaço público e, na vertente oposta, o fundamentalismo religioso impedem o encontro entre as pessoas e a sua colaboração no progresso da Humanidade” e que “os direitos humanos correm o risco de não serem respeitados, ou porque ficam privados do seu fundamento transcendente ou porque não é reconhecida a liberdade pessoal” (*Ibidem*, nº 56).

Do que se trata, afinal, não é já de falar de “Europa”, de

A Europa aparece, assim, como prefiguração da família humana, e não já como centro dominante – pelo contrário, vive uma crise e sente-se cansada e descrente. Mas o Papa aponta novos caminhos

POR GUILHERME D'OLIVEIRA MARTINS

PRÉSIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS
MEMBRO DO CONSELHO EDITORIAL DE NOVA CIDADANIA



33

“Ocidente” ou de “centro do mundo”, mas sim de olhar o mundo global – onde há necessidade de autoridade, uma vez que há um “bem comum global a alcançar”, mas essa autoridade deve ser organizada de “modo subsidiário e poliárquico” (nº 57), em nome da liberdade e da eficácia. Assim se compreende que a invocação de S. Bento, padroeiro da Europa, seja feita a pensar para fora e na modernidade. João XXIII de “*Pacem in Terris*”, Paulo VI de “*Populorum Progressio*”, e o Concílio Vaticano II são, deste modo, invocados em nome dos novos problemas políticos e sociais, que se manifestam universalmente. Como poderemos ser indiferentes ou relativistas, quando falamos de direitos humanos? Como

poderemos compreender o valor universal dos direitos humanos sem ir aos fundamentos e à dignidade da pessoa humana? Subsidiariedade e solidariedade completam-se. Os problemas devem ser resolvidos o mais próximo possível das pessoas e ao nível decisório mais adequado e eficaz. A legitimidade política da origem e do exercício tocam-se. É o cerne da democracia que está em causa. E Bento XVI é claro: “a esperança encoraja a razão e dá-lhe força para orientar a vontade” (nº 34), mas diz também que “a justiça diz respeito a todas as fases da actividade económica” (nº 37). Não há, pois, uma desistência da Europa, mas a insistência numa esperança aberta e emancipadora. ●

NOVA CIDADANIA ABRIL | JUNHO 2010